TEORIA DO TERRITÓRIO TENSIONAL: FUNDAMENTOS PARA UMA GEOGRAFIA DE TERCEIRO TIPO

TENSIONAL TERRITORY THEORY: FOUNDATIONS FOR A THIRD-TYPE GEOGRAPHY

TEORÍA DEL TERRITORIO TENSIONAL: FUNDAMENTOS PARA UNA GEOGRAFÍA DE TERCER TIPO

DOI 10.55028/geop.v21i40

Marcelo Ramão da Silveira Barbosa*

Resumo: Este artigo apresenta a Teoria do Território Tensional (TTT), que concebe o território como campo coexistencial produzido por tensões entre materialidade, relação, experiência e ancestralidade. A pesquisa é teórico-conceitual, de caráter exploratório, e adota abordagem hermenêutico-relacional articulada a cinco aplicações heurísticas contrastantes. Os resultados indicam que a matriz conserva coerência analítica em diferentes escalas e regimes de territorialização. A análise sugere que a TTT pode ampliar a leitura geográfica ao integrar resistência do chão, persistência ancestral, experiência territorial e mediações algorítmicas.

Palavras-chave: território, coexistência operativa, ancestralidade, geografia relacional.

Abstract: This article presents the Tensional Territory Theory (TTT), which conceives territory as a coexistential field produced by tensions among materiality, relation, experience, and ancestrality. The theoretical-conceptual and exploratory study adopts a hermeneutic-relational approach articulated through five contrasting heuristic applications. Results indicate that the matrix maintains analytical coherence across different scales and territorialization regimes. The analysis suggests that TTT may broaden geographical interpretation by integrating ground resistance,

Introdução

O conceito de território ocupa posição central e disputada na Geografia. Raffestin (1993) enfatiza as relações de poder que produzem territorialidade; Santos (1996) evidencia a inseparabilidade entre sistemas de objetos e de ações e a permanência das rugosidades; Deleuze e Guattari (1997) destacam movimentos de desterritorialização e reterritorialização. Essas contribuições, ampliadas pelas perspectivas relacionais contemporâneas, mantêm aberta uma questão: como articular a resistência material do chão, a dinâmica das relações, a experiência territorial e as persistências ancestrais em um mesmo quadro analítico, sem reduzir uma dimensão às demais?

A pesquisa parte da seguinte questão: em que medida a matriz da Teo-

*Doutor em Geografia, Mestre em Desenvolvimento Local, Especialista em Gestão Ambiental e Didática no Ensino Superior, Babalawo. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4280-3373: email:marcelo.barbosa@ifmt.edu.br.

ancestral persistence, territorial experience, and algorithmic mediations.

Keywords: territory, operative coexistence, ancestrality, relational geography.

Resumen: Este artículo presenta la Teoría del Territorio Tensional (TTT), que concibe el territorio como un campo coexistencial producido por tensiones entre materialidad, relación, experiencia y ancestralidad. El estudio, teórico-conceptual y exploratorio, adopta un enfoque hermenéutico-relacional articulado mediante cinco aplicaciones heurísticas contrastantes. Los resultados indican que la matriz conserva coherencia analítica en diferentes escalas y regímenes de territorialización. El análisis sugiere que la TTT puede ampliar la interpretación geográfica al integrar resistencia del suelo, persistencia ancestral, experiencia territorial y mediaciones algorítmicas.

Palabras clave: territorio, coexistencia operativa, ancestralidad, geografía relacional.

ria do Território Tensional conserva coerência analítica e capacidade explicativa quando aplicada a territórios caracterizados por diferentes escalas, materialidades, atores e regimes de territorialização? O objetivo é apresentar os fundamentos conceituais da TTT e examinar sua capacidade explicativa mediante cinco aplicações heurísticas contrastantes. A relevância reside na construção de uma leitura capaz de reconhecer simultaneamente a resistência do chão, a reorganização relacional, a experiência vivida e a persistência ancestral.

Após esta introdução, apresentam-se os procedimentos metodológicos e os fundamentos conceituais da TTT. Em seguida, a matriz é examinada em cinco aplicações: logística e urbanização periférica, espaço sagrado, conflito socioambiental, favela e território algorítmico. O texto prossegue com a sistematização dos modos de leitura do chão, do campo ressonante e do diálogo com perspectivas contemporâneas. As considerações finais retomam o objetivo, as contribuições, as limitações e a agenda de pesquisas futuras.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa possui natureza teórico-conceitual e caráter exploratório. Adota abordagem hermenêutico-relacional desenvolvida em três movimentos complementares: revisão crítica de formulações materialistas, fenomenológicas e relacionais do território; cons-

trução das categorias da Teoria do Território Tensional; e aplicação heurística dessas categorias a cinco contextos contrastantes. As aplicações não constituem estudos de caso equivalentes nem pretendem oferecer generalização estatística. Funcionam como situações analíticas destinadas a examinar a coerência, a capacidade explicativa e os limites internos da teoria.

Foram mobilizadas análise bibliográfica, leitura documental, interpretação morfológica de imagens e sistematização de observações acumuladas em pesquisas anteriores. A aplicação sobre Primavera do Leste apoia-se na investigação do território ciclotensional (Barbosa, 2026b); a leitura do espaço sagrado articula bibliografia fenomenológica e conhecimentos vinculados à tradição de Ifá; o Médio Tapajós é examinado por documentação do licenciamento e pela cartografia publicada por Fearnside (2016) e pelo Ibama (2016); Paraisópolis é analisada por interpretação morfológica de imagem do Google Earth (2026); e o território algorítmico constitui uma aplicação teórico-heurística das categorias da TTT às mediações digitais.

A escolha das cinco aplicações obedece ao critério de variação máxima. O propósito é submeter a mesma matriz a diferentes escalas, materialidades e regimes de territorialização: infraestrutura logística, ritualidade, conflito socioambiental, hiperdensidade urbana e mediação digital. Em cada aplicação, a leitura segue a mesma sequência: identificação dos operadores materiais, relacionais, experienciais e ancestrais; exame das tensões entre eles; avaliação dos graus de mediação, condicionamento ou determinação do chão; e interpretação da ressonância territorial emergente. O contraste permite observar se as categorias permanecem coerentes quando se modificam o tipo de chão, os atores, a escala e a natureza das forças territoriais.

As expressões formais são numeradas sequencialmente para permitir identificação, remissão e rastreabilidade ao longo do texto. A numeração não lhes atribui caráter de mensuração ou predição matemática, mas organiza a correspondência entre as formulações sintéticas e os conceitos teóricos desenvolvidos.

O território como tensão material-relacional

A questão norteadora apresentada na introdução conduz à hipótese central da Teoria do Território Tensional: o território não emerge da matéria isoladamente nem da relação isoladamente, mas da tensão operativa produzida pela interferência contínua entre ambas. Em contraponto às abordagens que reduzem o território ao suporte físico ou às redes abstratas de circulação, a TTT compreende a territorialidade como campo coexistencial de forças heterogêneas em permanente

reorganização. O território constitui-se no ponto de fricção entre estruturas de permanência material e dinâmicas relacionais de transformação.

Formalmente:

$$T = \boldsymbol{\tau}\,(A \leftrightarrow B)\ (1)$$

onde:

- T representa o território enquanto campo coexistencial emergente;
- A e B representam polos tensivos coexistenciais;
- τ representa a tensão operativa produzida pela interferência contínua entre esses polos.

A expressão (1) não é uma equação de mensuração estatística. Trata-se de uma notação esquemática destinada a tornar explícitas as relações entre categorias e evitar que a linguagem formal seja confundida com quantificação inexistente.

Na perspectiva da TTT, os territórios reorganizam-se, de forma distinta, porque os operadores coexistenciais que os compõem não possuem o mesmo grau de intensidade, permanência, saturação ou capacidade adaptativa. O território não é resultado de um único sistema dominante, mas da ressonância produzida pela coexistência tensionada entre múltiplos operadores materiais, relacionais, experienciais e ancestrais. Os polos fundamentais da territorialização podem ser organizados na seguinte oposição operativa, conforme sintetiza o Quadro 1:

Quadro 1. Polos fundamentais da territorialização segundo a Teoria do Território Tensional (TTT)

Polo A-Chão	**Polo B-Relação**
Permanência	Fluxo
Ancestralidade	Atualidade
Visível	Invisível
Resistência	Invenção
Inscrição	Apagamento
Materialidade	Experiência
Estrutura	Reorganização
Densidade	Circulação
Memória	Aceleração

Fonte: Elaboração do autor.

Esses polos não se anulam nem operam em oposição absoluta. Eles coexistem, friccionam-se, reorganizam-se mutuamente e produzem diferentes confi-

gurações tensionais ao longo do tempo. O território emerge precisamente dessa interferência coexistencial.

Na TTT, a intensidade territorial depende menos da existência isolada de cada operador e mais do grau de ressonância produzido entre eles. Territórios submetidos às mesmas pressões estruturais podem responder de maneira distinta porque apresentam:

- diferentes capacidades adaptativas;
- distintos níveis de persistência material;
- densidades relacionais específicas;
- temporalidades próprias;
- graus variáveis de saturação coexistencial.

Nesse sentido, a territorialidade não é concebida como estado fixo, mas como processo contínuo de reorganização tensional.

A presente pesquisa dialoga com investigações anteriores sobre a dinâmica territorial desenvolvidas, particularmente com a noção de território ciclotensional, segundo a qual os territórios acumulam tensões, resíduos infraestruturais e capacidades adaptativas ao longo dos ciclos de reorganização do capital (Barbosa, 2026b). A Teoria do Território Tensional amplia essa perspectiva ao propor que tais dinâmicas não decorrem apenas dos ciclos econômicos, mas de campos coexistenciais nos quais materialidade, relações, ancestralidade, memória e operadores transdimensionais interferem simultaneamente.

Território, territorialidade e territorialização

Para evitar o uso intercambiável de conceitos distintos, a TTT estabelece três definições:

- territorialidade é o conjunto de práticas, estratégias, experiências e reconhecimentos por meio dos quais sujeitos e coletividades organizam relações espaciais;
- territorialização é o processo pelo qual essas práticas passam a produzir seletividade sobre acessos, usos, fluxos, pertencimentos e permanências;
- território é a configuração situada e provisória que emerge da interação entre materialidade, relações, experiência, persistências histórico-ancestrais e poder.

O território não é a simples soma de seus componentes. Ele corresponde à configuração emergente produzida pelas interferências entre eles. Formalmente, essa proposição pode ser representada pelo seguinte esquema conceitual:

Nessa expressão representa:

- a configuração territorial em determinada escala e temporalidade;
- o domínio material;
- o domínio relacional;
- a experiência corporificada e afetiva;
- as persistências histórico-ancestrais;
- as assimetrias de poder que modulam o conjunto;
- a ressonância tensional emergente.

O chão como mediador ontológico

A aplicação da matriz a contextos territoriais heterogêneos conduziu à percepção de que o chão não pode ser tratado meramente como suporte neutro das ações humanas.

Nesse plano analítico, a coerência da matriz é examinada em escalas, materialidades e regimes de territorialização heterogêneos.

Essa formulação conduz à hipótese central da Teoria do Território Tensional: o território não resulta da matéria isoladamente, nem pode ser reduzido às relações, aos discursos ou aos fluxos que o atravessam. Ele emerge da interferência contínua entre materialidade, relações, experiência, persistências histórico-ancestrais e assimetrias de poder.

Em contraponto às abordagens que reduzem o território ao suporte físico ou o dissolvem em redes abstratas de circulação, a TTT compreende a territorialização como processo tensional de reorganização. A atenção à resistência e à agência dos materiais dialoga com Ingold (2011), mas a TTT desloca o problema para a interferência entre chão, relações, experiência, memória e ancestralidade.

Durante os estudos realizados em Primavera do Leste (MT), especialmente na análise da Ferronorte e da reorganização logística do agronegócio, tornou-se evidente que a materialidade territorial participa ativamente dos processos coexistenciais. O território não reage apenas às decisões econômicas ou aos fluxos globais: o próprio chão interfere nas velocidades, nos deslocamentos, nas possibilidades de ocupação e nas formas de permanência territorial.

Ao expandir a análise para outros contextos — comunidades ribeirinhas pressionadas por barragens, favelas urbanas e territorialidades algorítmicas —, identificou-se um padrão recorrente: a materialidade territorial nunca se comporta como elemento passivo. Em todos os casos, o chão:

- seleciona trajetos;
- condiciona ritmos;
- reorganiza permanências;
- interfere na circulação;
- produz resistências diferenciais;
- limita ou potencializa determinadas territorialidades.

Foi precisamente dessa recorrência empírica que emergiu uma das proposições centrais da Teoria do Território Tensional (TTT): o chão atua como mediador ontológico da territorialidade.

Ao contrário das leituras que tratam o solo apenas como suporte físico ou palco neutro das ações humanas, a TTT propõe que o chão participa ativamente da produção territorial. Ele não apenas recebe ações: reage, condiciona, seleciona, desacelera, acelera, limita, registra e devolve efeitos às dinâmicas que o atravessam.

A materialidade territorial possui, portanto, capacidade operativa própria. O chão condiciona fluxos, reorganiza deslocamentos, interfere nos ritmos da circulação e produz resistências diferenciais aos sistemas que nele atuam. Certos territórios absorvem rapidamente pressões externas; outros se reorganizam lentamente; alguns resistem; outros entram em colapso ou saturação. O comportamento territorial depende, em parte, da forma como o chão media as relações coexistenciais que nele se condensam.

Uma escada desgastada, por exemplo, revela de forma imediata e não discursiva:

- a intensidade do uso recebido;
- a direção predominante da circulação;
- a repetição de determinados trajetos;
- a permanência temporal de fluxos específicos.

O desgaste material constitui uma forma de inscrição involuntária do território. O chão conserva marcas das forças que o atravessaram, funcionando como arquivo coexistencial de permanências, tensões e repetições.

Nesse sentido, o território não pode ser reduzido ao que é visível ou imediatamente cartografável. A materialidade territorial atua como mediadora ontológica entre permanência e transformação, entre memória e reorganização, entre resistência e adaptação.

A TTT sustenta, portanto, que o chão não é passivo. Ele constitui operador diferencial da territorialidade, participando diretamente da capacidade coexistencial dos territórios de absorver, reorganizar ou resistir às forças sistêmicas que os atravessam.

Essa interpretação amplia a concepção anteriormente proposta de que o território opera como memória material da reprodução ampliada do capital (Barbosa, 2026b), incorporando agora não apenas as marcas dos ciclos econômicos, mas também as permanências coexistenciais inscritas na materialidade territorial.

O conceito de chão empregado neste artigo não se restringe ao solo pedológico. Designa o substrato material situado sobre o qual e por meio do qual se realizam práticas territoriais. Conforme a escala, o chão pode incluir relevo, hidrografia, trama urbana, edifícios, objetos rituais, cabos, servidores e dispositivos. A ampliação não elimina a especificidade da materialidade; ao contrário, exige identificar qual substrato oferece resistência, a quem, mediante qual técnica e em que temporalidade.

Graus de determinação territorial

A observação comparativa dos diferentes territórios analisados revelou que o chão não interfere de maneira homogênea sobre os sistemas coexistenciais. Em alguns casos, sua atuação é quase imperceptível; em outros, ele reorganiza completamente os fluxos e as possibilidades de ocupação.

Embora as relações territorializem, o chão nunca é neutro. Ele pode:

- sugerir determinados percursos em detrimento de outros;
- desacelerar ou acelerar movimentos;
- selecionar quais corpos, fluxos ou permanências são possíveis;
- impedir ou obrigar trajetos, usos e ocupações.

Dessa percepção surgiu a necessidade de construir uma tipologia dos diferentes graus de interferência coexistencial da materialidade territorial. Propomos, portanto, a tipologia dos graus de determinação territorial sintetizada no Quadro 2:

Quadro 2. Graus de determinação territorial segundo a Teoria do Território Tensional (TTT)

Grau	Relação chão–sujeito	Exemplo
Indiferença	Deslocamentos livres	Planície aberta
Mediação	Organiza fluxos	Rua pavimentada
Condicionamento	Direciona esforços	Topografia acidentada
Determinação	Dita usos	Abismo, rio, parede

Fonte: Elaboração do autor.

A tipologia não descreve apenas obstáculos físicos, mas diferentes intensidades de interferência coexistencial do chão sobre os sistemas territoriais.

Em Primavera do Leste (MT), por exemplo, a Ferronorte atua predominantemente como operador de determinação territorial. Nas comunidades ribeirinhas amazônicas, os rios funcionam simultaneamente como mediação, condicionamento e permanência. Em Paraisópolis, becos e vielas operam como condicionadores coexistenciais da circulação, da vigilância e da territorialização afetiva. Nos territórios algorítmicos, a infraestrutura física das redes digitais continua condicionando velocidades, acessos e centralidades informacionais.

A comparação entre esses contextos indica que o território não emerge apenas das relações sociais ou dos fluxos econômicos, mas da interferência contínua entre operadores coexistenciais materiais e adimensionais. O chão participa diretamente da organização territorial, funcionando como mediador diferencial das capacidades de resistência, adaptação e reorganização coexistencial.

Aplicação: a Ferronorte e a urbanização periférica em Primavera do Leste

O primeiro território submetido sistematicamente à leitura coexistencial que alimentaria a matriz MIA, o IRBI e, posteriormente, a Teoria do Território Tensional foi Primavera do Leste (MT). A matriz MIA organiza leituras vetoriais, senoidais e azimutais, enquanto o IRBI sintetiza dimensões de resiliência e reorganização configuracional (Barbosa, 2025a). A escolha do município decorreu da nitidez das tensões entre aceleração logística, reorganização urbana, segregação espacial e persistência territorial.

Durante as análises iniciais, especialmente no contexto da implantação da Ferronorte, tornou-se perceptível que a infraestrutura ferroviária não atuava ape-

nas como elemento técnico de circulação. A ferrovia reorganizava ritmos urbanos, selecionava fluxos, redefinia centralidades e impunha diferentes regimes de circulação sobre o mesmo território.

Foi nesse momento que começou a se consolidar uma das hipóteses centrais da TTT: o chão interfere ativamente nas dinâmicas coexistenciais. A materialização da infraestrutura ferroviária atua como operador de determinação territorial. Aplicando a tipologia da TTT, a Ferronorte impõe um regime de determinação sobre o tecido urbano: os trilhos e o pátio de manobras funcionam como barreiras coexistenciais que interrompem a continuidade do espaço vivido, impedem determinadas formas de expansão urbana e comprimem a urbanização periférica em áreas de menor valorização fundiária.

A ferrovia opera como rugosidade técnica seletiva. Enquanto as *commodities* circulam em aceleração logística, parcelas da população periférica realizam deslocamentos mais longos, mais lentos e energeticamente mais custosos. O chão passa a "cobrar energia" dos corpos que não pertencem ao eixo exportador dominante.

Essa observação foi decisiva para o desenvolvimento das primeiras modelagens do MIA-IRBI. Buscava-se compreender:

- por que determinados fluxos aceleravam enquanto outros desaceleravam;
- como infraestruturas reorganizavam territorialidades coexistentes;
- de que maneira o território reagia diferencialmente às pressões sistêmicas;
- por que a urbanização periférica se reorganizava em padrões recorrentes de segregação.

Daí emergiram as primeiras leituras vetoriais das forças territoriais, os operadores de tensão entre permanência e fluxo, as modelagens senoidais de expansão e saturação, os mecanismos de reorganização coexistencial e o próprio conceito de resiliência territorial incorporado ao IRBI.

A urbanização nas bordas da ferrovia constitui uma forma de inscrição involuntária no território. O chão conserva as marcas da convivência tensionada entre logística global, segregação espacial e permanência urbana, transformando a paisagem em arquivo vivo da desigualdade territorial.

Primavera do Leste revelou, sobretudo, que diferentes sistemas coexistem sob regimes distintos de aceleração. Enquanto o território exportador opera em alta fluidez logística, parcelas periféricas permanecem submetidas a ritmos lentos, barreiras materiais e deslocamentos condicionados. A coexistência desses tempos territoriais distintos tornou-se uma das bases analíticas centrais da TTT.

Foi a partir desse primeiro território-laboratório que o modelo foi expandido para outros contextos — comunidades ribeirinhas amazônicas, favelas urbanas, plataformas digitais e o próprio *ọ̀pọ́n* de Ifá —, permitindo identificar padrões recorrentes de reorganização territorial em diferentes escalas e regimes espaciais.

Territorialidade transdimensional

À medida que o modelo era aplicado em diferentes territorialidades, tornou-se evidente que grande parte das forças que reorganizam o território opera atravessando simultaneamente múltiplas dimensões coexistenciais. A análise comparativa entre Primavera do Leste, comunidades ribeirinhas amazônicas, Paraisópolis e os territórios algorítmicos revelou que muitos operadores territoriais não se restringem à materialidade geométrica imediata, atuando simultaneamente nos planos físico, afetivo, cognitivo, simbólico, temporal e ancestral.

Um dos pilares centrais da Teoria do Território Tensional (TTT) é a proposição de que nem tudo que territorializa depende exclusivamente de dimensão geométrica mensurável. Existem operadores territoriais capazes de reorganizar o território mesmo sem depender diretamente de massa, extensão física contínua ou ocupação espacial estável.

A esse conjunto denominamos transdimensionalidade operativa. O conceito refere-se a operadores coexistenciais que atravessam simultaneamente diferentes dimensões territoriais, produzindo efeitos concretos sobre fluxos, permanências, ritmos, pertencimentos e reorganizações espaciais.

Entre esses operadores transdimensionais se destacam:

- o *medo*, que reorganiza simultaneamente circulação física, percepção espacial e comportamento coletivo;
- a *memória*, que atravessa tempo, pertencimento e territorialidade afetiva;
- a *expectativa*, que reconfigura deslocamentos, decisões econômicas e centralidades provisórias;
- a *ancestralidade*, que conecta permanência temporal, ritualidade e territorialização do presente;
- o *silêncio*, que territorializa ausências e reorganiza sensibilidades espaciais;
- o *trauma*, que interfere simultaneamente na apropriação simbólica e no uso material do território;
- o *axé*, compreendido aqui como operador simbólico de condensação de presença ritual;

- a *presença*, capacidade de afetar o campo coexistencial independentemente de ocupação física contínua.

A territorialidade transdimensional tornou-se especialmente visível nos contextos em que:

- a memória reorganizava pertencimentos territoriais;
- o medo alterava deslocamentos urbanos;
- expectativas econômicas redefiniam centralidades;
- plataformas digitais reorganizavam percepções espaciais;
- ancestralidades continuavam operando mesmo sem ancoragem material contínua.

A TTT sustenta, portanto, que o território contemporâneo não pode ser compreendido apenas pela cartografia do visível. Parte significativa da reorganização coexistencial opera por meio de forças transdimensionais que atravessam, modulam e interferem continuamente na experiência territorial.

Aplicação: o espaço sagrado e o ọ̀pọ́n de Ifá como território operativo

Entre os operadores transdimensionais da Teoria do Território Tensional, o *espaço sagrado* ocupa posição singular. Não se trata de uma categoria religiosa suplementar, mas de uma modalidade de territorialização que reorganiza simultaneamente o chão, a experiência corporal, a memória ancestral e o campo relacional.

A fenomenologia do espaço sagrado retoma criticamente a tradição de Merleau-Ponty (1999) e Heidegger (2002), mas a radicaliza no horizonte da TTT. Para Merleau-Ponty, o corpo é o sujeito originário da espacialidade; no espaço sagrado, esse corpo se descobre habitado por uma presença que excede sua própria intencionalidade. O espaço deixa de ser mero campo de possibilidades perceptivas para tornar-se campo de ressonância onde o visível e o invisível, o presente e o ancestral, o material e o adimensional coexistem em tensão operativa.

Heidegger via no templo grego o lugar onde o mundo se abre como mundo. Na TTT, o espaço sagrado é o lugar onde o território se revela como território: o chão se manifesta como mediador ontológico pleno, capaz de condensar temporalidade espessa e presença operativa. O espaço sagrado não "contém" o sagrado; ele é produzido pela interferência contínua entre materialidade (o chão, o ọ̀pọ́n, o rio, o terreiro) e persistência ancestral.

No âmbito da TTT, o espaço sagrado opera como:

- operador de inscrição involuntária — marcas rituais, objetos depositados, caminhos de peregrinação e gestos repetidos inscrevem no chão uma memória que resiste ao apagamento;
- condensador de temporalidade espessa — o passado ancestral não está "atrás", mas copresente, interferindo diretamente nas decisões do presente (ex.: escolha de locais para barragens que violam sítios sagrados ribeirinhos);
- criador de polaridades coexistenciais — o espaço sagrado institui um dentro/fora, um permitido/proibido, um profano/sagrado que reorganiza fluxos, corpos e afetos sem necessidade de muros ou cercas;
- manifestação do axé como presença operativa — no contexto de Ifá, o ọ̀pọ́n não é mero suporte; é território operacional onde o axé se condensa, tornando visível a ressonância entre o visível e o invisível.

Nas comunidades ribeirinhas do Tapajós, por exemplo, certos trechos do rio são vividos como espaços sagrados: neles a ancestralidade dos encantados e a materialidade da água coexistem em tensão constitutiva. A construção de uma barragem não destrói apenas um recurso hídrico; ela rompe um campo de ressonância coexistencial. Em Paraisópolis, terreiros e altares domésticos funcionam como micro-territórios sagrados que resistem à densidade algorítmica e à violência urbana, produzindo ilhas de persistência operativa no interior da favela.

A TTT sustenta, portanto, que o espaço sagrado não é um "resto" cultural ou uma sobreposição simbólica ao espaço profano. Ele é uma modalidade plena de territorialização, na qual a coexistência operativa entre chão, ancestralidade e presença atinge máxima intensidade. Longe de ser um fenômeno residual, o espaço sagrado revela a própria essência do território: um campo de fricção permanente entre o que resiste e o que insiste, entre o que se materializa e o que persiste adimensionalmente.

Compreender a fenomenologia do espaço sagrado significa reconhecer que parte significativa da territorialidade contemporânea é produzida por forças que, precisamente por serem sagradas, escapam às cartografias seculares da Geografia tradicional. A TTT, ao integrá-lo como operador coexistencial, oferece uma lente capaz de tornar visível aquilo que o espaço sagrado mais profundamente realiza: a condensação operativa do invisível no visível.

A análise fenomenológica do medo territorial

A Teoria do Território Tensional (TTT), formulada por Barbosa, desenvolve-se a partir de três movimentos articulados: as leituras configuracionais da matriz

MIA e do Índice de Resiliência Baseado em Ifá - IRBI (Barbosa, 2025a); a reflexão sobre a tradição de Ifá como sistema configuracional de conhecimento (Barbosa, 2025b, 2026a); e a elaboração do território ciclotensional (Barbosa, 2026b). A TTT compreende o território como ressonância coexistencial tensional produzida pela interferência entre materialidade, relação, experiência e ancestralidade. A expressão geografia de terceiro tipo não estabelece uma hierarquia evolutiva, mas designa um regime analítico que evita tanto a redução materialista do território quanto sua dissolução em fluxos relacionais abstratos.

A fenomenologia do medo territorial retoma criticamente Merleau-Ponty (1999) e Heidegger (2002), mas desloca o foco do corpo isolado ou do Dasein para o campo coexistencial chão-corpo-relação. Para Merleau-Ponty, o medo não é emoção sobre o espaço; é modificação radical do esquema corporal e da intencionalidade espacial: o espaço torna-se anisotrópico — direções que antes eram neutras passam a ser evitáveis, percursos impensáveis, presenças ameaçadoras antes mesmo de serem percebidas. O corpo, ao sentir medo, não apenas percebe o território; ele o *produz* como território contraído.

Heidegger via na *Angst* a revelação da finitude e do nada. Na TTT, o medo territorial revela a finitude do próprio território: ele expõe a vulnerabilidade do chão diante de forças que podem dissolvê-lo. O medo é, portanto, uma modalidade privilegiada de inscrição involuntária que se inscreve simultaneamente no corpo e no solo. Trilhas que desaparecem, becos evitados, horários alterados e rotas alongadas são marcas materiais de uma tensão operativa que opera sem discurso explícito.

Lefebvre (1991, 2004) complementa a análise ao mostrar que o medo produz um espaço percebido e vivido que contradiz o espaço concebido pelo poder. O medo territorializa o espaço vivido de baixo para cima, criando micro-resistências e micro-exclusões que escapam à cartografia oficial. Ele atua como operador adimensional de determinação territorial: produz os mesmos efeitos práticos de uma barreira física (restrição de mobilidade, seleção de fluxos, condicionamento de ritmos), mas sem requerer suporte material contínuo. Paradoxalmente, quanto menos visível, mais eficaz. Essa força adimensional apresenta três dimensões analíticas fundamentais na TTT:

- Ressonância coexistencial — o medo de uns gera medo nos outros. Uma rua evitada por um grupo torna-se evitada por todos, consolidando uma barreira relacional que nenhuma cerca material conseguiria produzir com a mesma eficiência.

- Temporalidade espessa — o medo atualiza traumas ancestrais ou recentes. Em Paraisópolis, o medo da polícia ou do tráfico não é mera reação ao presente; é condensação de violências históricas que reconfiguram o presente territorial, reduzindo o IRBI (Índice de Resiliência Baseado em Ifá).

Inscrição material involuntária — caminhos evitados geram erosão diferencial; áreas de "*no-go*" acumulam mato ou lixo, reforçando visualmente a proibição e transformando o chão em arquivo vivo da tensão.

A TTT propõe, portanto, que o medo não é um "sentimento sobre o território", mas um modo de territorialização pleno. Ele reorganiza o campo coexistencial antes mesmo que qualquer decisão consciente seja tomada. Territórios de alta saturação de medo apresentam baixa resiliência coexistencial: a capacidade de absorção, adaptação e reorganização é consumida pela vigilância constante e pela contração do espaço vivido.

Compreender a fenomenologia do medo territorial significa reconhecer que parte significativa da territorialidade contemporânea é produzida por forças invisíveis que, precisamente por serem invisíveis, escapam às cartografias tradicionais da Geografia. Ao integrá-lo como operador coexistencial pleno, a TTT torna visível aquilo que o medo mais deseja: permanecer invisível — e, portanto, incontestável.

Aplicação: tensão territorial no Médio Tapajós diante do projeto da UHE *São Luiz do Tapajós*

A aplicação heurística da Teoria do Território Tensional ao Médio Tapajós permite examinar conflitos que não se reduzem à disputa por infraestrutura, uso do solo ou circulação econômica. O projeto da UHE São Luiz do Tapajós incidiu sobre territorialidades indígenas e ribeirinhas constituídas por dimensões materiais, ancestrais, afetivas, políticas e transdimensionais.

O processo de licenciamento da UHE São Luiz do Tapajós foi arquivado pelo Ibama em 2016. Isso não elimina sua relevância analítica: estudos, levantamentos, projeções de inundação e a ameaça de deslocamento produziram efeitos territoriais antes da instalação da obra, especialmente na Terra Indígena Sawré Muybu e em comunidades ribeirinhas do Médio Tapajós (Ibama, 2016; Fearnside, 2016). O caso é tratado, portanto, como conflito histórico-documental e não como empreendimento atualmente em licenciamento.

A matriz da TTT organiza esse conflito em três tensões coexistenciais articuladas, sem pretender substituir a investigação empírica aprofundada nem reduzir as territorialidades envolvidas a um único operador explicativo.

Tensão material-material

No cenário projetado, o chão do rio e da várzea - base da pesca, da agricultura de vazante e dos deslocamentos cotidianos - seria diretamente tensionado pela infraestrutura hidrelétrica. A construção e o represamento alterariam o regime hidrológico, a batimetria, os ciclos sazonais e a continuidade de territórios historicamente habitados.

Na modelagem heurística, a barragem é tratada como operador potencial de determinação territorial em grau máximo, porque sua implantação poderia interditar a continuidade de modos de vida dependentes do regime fluvial. Não se trata apenas de deslocamento espacial, mas da substituição do operador material que sustenta a territorialidade.

Formalmente, a passagem do estado territorial T_{antes} para T_{depois} envolve uma substituição forçada do operador material:

$$\text{M_rio} \ominus \text{M_barragem} = \text{T_substituição} \quad (2)$$

Na expressão (2):

- M_{rio} representa o regime material coexistencial do rio;
- M_{barragem} representa a nova materialidade artificial imposta;
- T_substituição representa o estado territorial produzido pela imposição da barragem; o símbolo $\ominus$ indica substituição territorial destrutiva, e não uma operação aritmética.

Diferentemente da noção clássica de perda de lugar, a TTT permite interpretar a ameaça de desaparecimento do próprio chão do rio como operador territorial. Se implantada, a barragem substituiria o regime coexistencial anterior por uma materialidade incapaz de reproduzir os ciclos que sustentam a territorialidade ribeirinha e indígena.

Tensão ancestralidade-atualidade. A leitura documental das territorialidades do Tapajós permite identificar uma camada coexistencial de temporalidade espessa. Lagos, igarapés, árvores, pedras e pontos específicos do rio funcionam simultaneamente como memória territorial, referência ritual, permanência ancestral e operador simbólico de pertencimento. Essa persistência dialoga com a memória territorial discutida por Ricoeur (2007) e com a temporalidade espiralar formulada por Martins (2021).

Determinados locais concentram narrativas de ocupação indígena, práticas de cura, encantarias vinculadas às águas e às pedras, cemitérios e espaços sagrados potencialmente atingidos pelo reservatório projetado (Fearnside, 2016).

Na TTT, a ancestralidade comparece como persistência operativa. Ela continua territorializando o presente, organizando usos, interditos, deslocamentos e pertencimentos mesmo quando perde parte de sua ancoragem material.

Quando a barragem submerge uma árvore sagrada, um ponto ritual ou um local de oferenda, ocorre o fenômeno denominado apagamento transdimensional: a força coexistencial ancestral não desaparece completamente — ela persiste na memória e no afeto —, mas perde parte de sua capacidade operativa no território. O conflito, portanto, não é apenas espacial, mas coexistencial.

Tensão relação-transdimensionalidade

A resistência ao empreendimento organizou redes e nós coexistenciais territorialmente estratégicos, como portos comunitários, aldeias, escolas, espaços de reunião e trechos do rio. Esses pontos materiais funcionam simultaneamente como condensadores afetivos, operadores políticos, centralidades relacionais e espaços de reorganização coletiva.

Ao mesmo tempo, operadores transdimensionais reconfiguram continuamente o território:

- o medo da remoção forçada altera deslocamentos cotidianos;
- a esperança de vitória judicial cria centralidades provisórias;
- a raiva contra a empresa territorializa-se em bloqueios e protestos;
- a solidariedade de universidades, ONGs e movimentos sociais reorganiza o campo de possibilidades sem ocupar extensão física contínua.

A TTT captura, assim, um território em estado de alerta coexistencial, no qual resistência material e reorganização relacional produzem campos tensionais instáveis e continuamente renegociados.

A ressonância territorial emergente pode ser representada por:

$$\Psi_luta = R(M_rio \ominus M_barragem, R_movimento, A_apagada, E_medo/esperança) \quad (3)$$

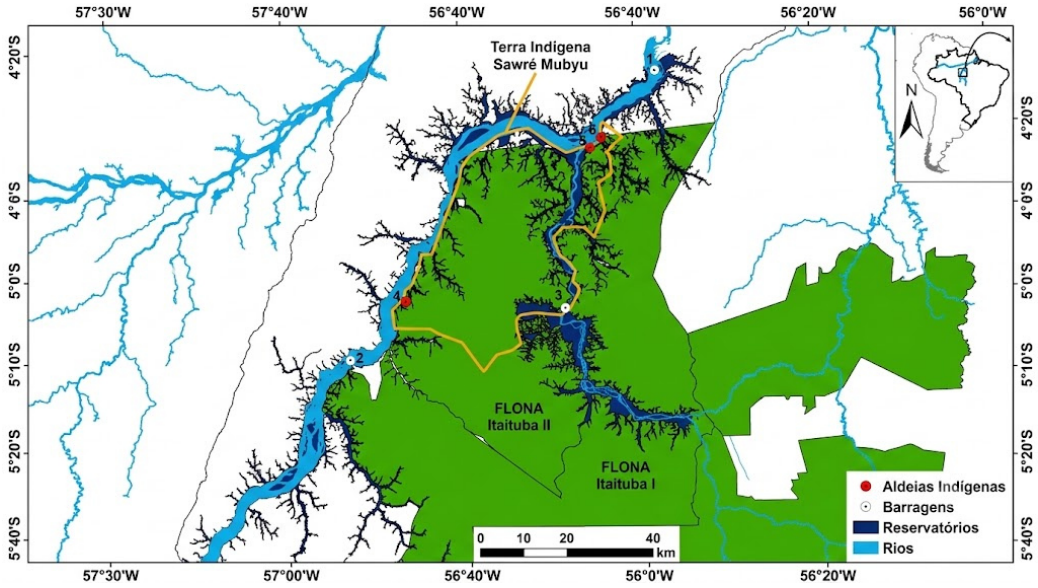
Na expressão (3):

- R é o operador conceitual de ressonância coexistencial; R_movimento designa as redes relacionais de resistência;
- A_apagada designa a ancestralidade parcialmente desterritorializada; e
- E_medo/esperança designa o campo afetivo transdimensional do conflito. O número (3) identifica a expressão no texto; não constitui referência bibliográfica.

A ressonância Ψ_{luta} não corresponde à soma aritmética dos operadores, mas ao próprio território em conflito coexistencial — irredutível a qualquer uma de suas dimensões isoladas.

A Figura 1 espacializa a tensão discutida nesta aplicação. A área projetada do reservatório alcançaria territorialidades indígenas e ribeirinhas cuja existência envolve circulação, memória, ancestralidade e uso ritual do rio. A imagem não comprova isoladamente a totalidade dos efeitos sociais, mas oferece evidência espacial da incompatibilidade entre regimes coexistenciais que a expressão (2) procura sintetizar.

Figura 1. Terra Indígena Sawré Muybu e área projetada para o reservatório da UHE São Luiz do Tapajós, evidenciando a sobreposição entre o empreendimento hidrelétrico e territórios indígenas na bacia do rio Tapajós



Fonte: Fearnside (2016); mapa de M. A. dos Santos Junior.

Aplicação: Paraisópolis e a favela como território coexistencial intensivo

Na aplicação da matriz a contextos urbanos, determinados espaços apresentaram elevada densidade coexistencial. As favelas constituem situações analíticas relevantes porque concentram materialidades construídas sob restrição, redes comunitárias, circuitos econômicos, memórias, afetos, vigilância e desigualdades territoriais.

A interpretação morfológica de Paraisópolis, na zona sul de São Paulo, utiliza imagem do Google Earth (2026) para examinar a tensão entre hiperdensidade construtiva, redes comunitárias e o entorno de alta renda. Sem equiparar contextos históricos distintos, a análise dialoga com McKittrick (2006), ao reconhecer geografias produzidas sob condições de marginalização, e com Mbembe (2018), ao considerar regimes desiguais de poder, mobilidade e exposição à violência.

Paraisópolis materializa uma coexistência extrema entre:

- riqueza e precariedade;
- verticalidade financeira e horizontalidade comunitária;
- fluidez global e permanência local;
- controle formal e territorialização autônoma;
- saturação urbana e inventividade cotidiana.

O contraste espacial entre os edifícios de luxo do Morumbi e a densidade construtiva da favela não representa apenas desigualdade econômica. Representa a coexistência simultânea de diferentes regimes territoriais sobre o mesmo chão urbano.

Do ponto de vista da TTT, Paraisópolis não pode ser compreendida como "território ausente do Estado", mas como território coexistencial intensivo. A relativa insuficiência de infraestrutura formal é compensada pela hipertrofia de operadores relacionais:

- redes comunitárias;
- comércio interno;
- circulação afetiva;
- vigilância informal;
- códigos de pertencimento;
- igrejas;

- bailes;
- becos;
- mototáxis;
- redes digitais;
- economias híbridas entre formalidade e informalidade.

A pesquisa revelou que, onde a racionalidade urbana formal encontra saturação ou abandono, emerge uma territorialidade própria altamente adaptativa.

Paraisópolis territorializa não apenas pela materialidade dos becos e vielas, mas também por operadores transdimensionais. O medo reorganiza deslocamentos noturnos; o respeito delimita zonas de circulação; a música territorializa encontros; a memória coletiva produz pertencimento; determinadas lideranças reorganizam centralidades locais; e a violência, embora frequentemente interpretada apenas como ruptura, atua também como mecanismo coexistencial de controle espacial e definição de fronteiras simbólicas.

A leitura coexistencial permitiu compreender que Paraisópolis opera simultaneamente em múltiplos regimes territoriais:

- materialidade intensiva;
- relação comunitária densa;
- economia híbrida;
- territorialização afetiva;
- presença transdimensional do medo, da reputação e da memória;
- temporalidade própria de circulação e uso do espaço.

Os becos funcionam como nós coexistenciais: condensações territoriais onde circulação, afeto, comércio, vigilância, memória e conflito coexistem simultaneamente. A viela não é apenas passagem. Ela constitui operador territorial coexistencial.

O território emerge, assim, da ressonância produzida entre corpos, sons, cheiros, experiências e tensões acumuladas.

Formalmente, a ressonância coexistencial de Paraisópolis pode ser representada como:

$$\Psi_{\text{Paraisópolis}} = \text{R}(M_{\text{densidade}}, R_{\text{comunidade}}, A_{\text{memória}}, E_{\text{medo/pertencimento}}) \quad (4)$$

onde:

- $M_{\text{densidade}}$ representa a materialidade intensiva da ocupação; $R_{\text{comunidade}}$ representa as redes relacionais de sobrevivência; $A_{\text{memória}}$ representa persistências territoriais e identidades locais;
- $E_{\text{medo/pertencimento}}$ representa os operadores afetivos e transdimensionais que reorganizam continuamente os fluxos internos.

Essa descontinuidade morfológica pode ser observada na Figura 2, que contrapõe a hiperdensidade construtiva de Paraisópolis à rarefação espacial dos bairros de alto padrão adjacentes. A imagem sustenta a leitura da favela como território coexistencial intensivo, pois torna visíveis a compressão material, a continuidade da ocupação e a proximidade entre regimes territoriais profundamente desiguais.

Figura 2. Paraisópolis e a coexistência territorial intensiva entre hiperdensidade urbana e fragmentação socioespacial no sudoeste da cidade de São Paulo



Fonte: Google Earth (imagem de 2026), adaptada pelo autor.

Observa-se uma ruptura morfológica abrupta entre Paraisópolis e os bairros de alto padrão que a circundam. Entretanto, essa descontinuidade não representa

apenas desigualdade econômica; ela evidencia a coexistência simultânea de diferentes regimes territoriais sobre o mesmo espaço urbano. Enquanto o entorno apresenta baixa densidade construtiva, elevada fragmentação espacial e forte presença vegetal, Paraisópolis manifesta uma configuração de hiperdensidade coexistencial, marcada pela continuidade material da ocupação, intensa conectividade relacional e elevada saturação territorial.

A imagem de Paraisópolis revela, de maneira particularmente expressiva, um dos princípios centrais da Teoria do Território Tensional (TTT): territórios não se organizam apenas pela disponibilidade de infraestrutura formal, mas pela intensidade coexistencial produzida entre materialidade, relações, memória, circulação e adaptação territorial.

A leitura coexistencial da imagem indica que a favela não constitui ausência de território ou simples precariedade urbana. Ao contrário, revela um território intensamente territorializado, no qual circulação, comércio, vigilância, pertencimento, afetividade e sobrevivência reorganizam continuamente o espaço vivido.

Os becos e vielas funcionam como nós coexistenciais: condensações territoriais onde múltiplos operadores atuam simultaneamente. A geometria urbana observada não é aleatória, mas resultado incremental de adaptações sucessivas às limitações materiais, às necessidades de circulação e às formas locais de reorganização coletiva. A imagem evidencia ainda a coexistência de diferentes temporalidades urbanas.

Enquanto os bairros adjacentes operam sob lógica de rarefação espacial e fluidez seletiva, Paraisópolis organiza-se sob compressão coexistencial permanente, onde corpos, sons, afetos, economias, conflitos e deslocamentos se acumulam em alta intensidade sobre o mesmo chão urbano.

Nesse sentido, a imagem não funciona apenas como ilustração do fenômeno estudado, mas como evidência morfológica coexistencial da própria TTT, evidenciando visualmente que o território emerge da interferência contínua entre materialidade, relações, memória, densidade e reorganização adaptativa.

A aplicação a Paraisópolis indica que o território não depende exclusivamente da racionalidade estatal para existir. Em muitos casos, a saturação ou a insuficiência do planejamento formal produz formas coexistenciais sofisticadas de reorganização territorial. A favela não é ausência de território, mas territorialização intensiva sob condições permanentes de tensão.

Aplicação: território algorítmico, plataformas digitais e *fake news*

Esta aplicação emprega a expressão território algorítmico para designar a configuração territorial emergente da interferência entre infraestruturas digitais, sistemas de classificação e recomendação, práticas de uso, persistências informacionais e respostas afetivas. Não se trata de um território separado do espaço material, mas de uma camada operativa que participa da produção e do uso do espaço. A formulação dialoga com Kitchin e Dodge (2011), para quem software e espaço se coproduzem em práticas situadas, embora a TTT acrescente a esse debate a tensão entre materialidade, relações, experiência e persistências histórico-memoriais.

As plataformas digitais não constituem meios neutros de comunicação. Seus sistemas de busca, classificação e recomendação selecionam relevâncias, distribuem visibilidade e condicionam encontros informacionais. Gillespie (2014) argumenta que essas operações não decorrem de uma racionalidade puramente técnica: incorporam escolhas institucionais, modelos de negócio, critérios de projeto e práticas sociais. Por isso, na leitura da TTT, o algoritmo não deve ser tratado como sujeito autônomo, mas como operador sociotécnico inscrito em relações de poder.

A atuação desse operador pode reorganizar fluxos de informação, percepções espaciais, pertencimentos, centralidades, expectativas e medos. A territorialização algorítmica ocorre quando a seleção reiterada de conteúdos altera as condições pelas quais sujeitos reconhecem lugares, avaliam riscos, escolhem trajetos e participam de redes coletivas. Assim, a modulação da atenção e a saturação afetiva não permanecem confinadas às telas: podem repercutir sobre ritmos, circulações e usos do chão.

As *fake news*, entendidas aqui como conteúdos falsos que circulam sob forma noticiosa, constituem uma situação analítica especialmente relevante. Em pesquisa circunscrita ao Twitter entre 2006 e 2017, Vosoughi, Roy e Aral (2018) verificaram que notícias falsas se difundiram mais longe, mais rapidamente, com maior profundidade e amplitude do que notícias verdadeiras. O resultado não deve ser generalizado automaticamente para todas as plataformas ou contextos, mas fornece evidência de que novidade, repetição e resposta emocional podem produzir padrões diferenciais de circulação informacional.

Nos termos da TTT, essa circulação diferencial pode gerar ressonância coexistencial: conteúdos reiterados reorganizam a atenção, acumulam intensidade afetiva e estabilizam provisoriamente determinadas interpretações do espaço. Dois sujeitos podem compartilhar o mesmo chão físico e, ao mesmo tempo, orientar suas ações por campos informacionais parcialmente distintos. A praça, a escola,

a igreja, o bairro e a família não deixam de possuir materialidade comum, mas passam a ser percebidos e praticados mediante regimes concorrentes de visibilidade, confiança e risco.

Os efeitos territoriais tornam-se observáveis quando a circulação digital modifica práticas espacialmente situadas. Uma informação falsa sobre violência pode reduzir a presença em determinado lugar; uma mobilização viral pode alterar trajetos e centralidades provisórias; uma campanha coordenada pode interferir em fluxos econômicos, turísticos ou eleitorais. Essas possibilidades constituem hipóteses de investigação, não consequências automáticas atribuíveis a qualquer algoritmo. Sua demonstração exige identificar a plataforma, o período, os públicos envolvidos, os mecanismos de recomendação e as mudanças efetivamente registradas no território.

Na perspectiva da TTT, o algoritmo constitui operador transdimensional porque atravessa simultaneamente dimensões materiais, relacionais, cognitivas e afetivas sem ocupar uma extensão territorial contínua. Isso não significa que seja imaterial: seu funcionamento depende de centros de dados, servidores, cabos, antenas, dispositivos, energia, trabalho humano e regimes de propriedade. A territorialidade algorítmica resulta justamente da interferência entre essa base física, os fluxos mediados pelas plataformas, as persistências informacionais e as experiências dos usuários.

Formalmente, essa configuração pode ser representada por:

$$\Psi_{alg} = \mathrm{R}(M_{infra}, R_{digital}, A_{memória}, E_{afetivo}) \quad (5)$$

Nessa expressão, M_{infra} designa a materialidade de suporte; $R_{digital}$ corresponde aos fluxos relacionais mediados pelas plataformas; $A_{memória}$ reúne sedimentações narrativas, persistências cognitivas e vieses incorporados aos dados e sistemas; e $E_{afetivo}$ compreende medo, indignação, pertencimento, confiança e expectativa. A função R representa a ressonância produzida pela interferência entre esses operadores, e não uma soma aritmética ou uma relação causal linear.

A aplicação indica, portanto, que o território digital não substitui o território físico: ambos coexistem e se reorganizam mutuamente. A contribuição específica da TTT consiste em formular uma hipótese operacional para relacionar infraestrutura, seleção algorítmica, circulação informacional, memória e experiência territorial. Sua validade dependerá de pesquisas empíricas que comparem plataformas, escalas e grupos sociais, mensurando alterações de circulação, centralidade, percepção de risco e pertencimento antes e depois de eventos informacionais delimitados.

Os três modos de leitura do chão

A ampliação da Teoria do Território Tensional (TTT) para diferentes territorialidades revelou que o chão não atua apenas como suporte material das ações humanas. Ele opera também como superfície de inscrição coexistencial, acumulando marcas, ritmos, permanências e reorganizações produzidas pela interação contínua entre corpos, fluxos e temporalidades.

A partir dessa constatação, torna-se possível distinguir três modos fundamentalmente diferentes de relação cognitiva com o chão.

O primeiro é a leitura involuntária. Nesse regime, o território é inscrito sem intenção consciente de inscrição. O corpo territorializa ao repetir movimentos, produzir desgastes e sedimentar trajetos. Exemplos paradigmáticos são a escada que se desgasta pelo uso contínuo, a trilha que surge espontaneamente na vegetação ou a erosão gerada pela circulação cotidiana.

Aqui o chão funciona como arquivo coexistencial passivo-ativo: ele recebe as marcas da repetição e, ao mesmo tempo, reorganiza os movimentos futuros a partir dessas inscrições acumuladas.

O segundo modo é a leitura interpretativa. O sujeito não apenas inscreve o território, mas busca decifrar marcas coexistenciais previamente existentes. O arqueólogo que escava ruínas, o geógrafo que mapeia usos do solo, o historiador que reconstrói permanências espaciais ou o morador que reconhece trajetos antigos na paisagem realizam leituras interpretativas.

O território torna-se, então, um campo de decifração coexistencial, onde rastros materiais, memórias espaciais e persistências territoriais se tornam inteligíveis por meio da interpretação.

O terceiro modo é a leitura ritual-interrogativa. Aqui o sujeito não apenas lê marcas existentes: ele provoca deliberadamente uma inscrição territorial para obter uma resposta coexistencial no presente.

Seu exemplo paradigmático é a prática divinatória do babalaô ao lançar os *ikin* sobre o ọ̀pọ́n de Ifá. O padrão emergente não é mero acaso mecânico ou simbolismo abstrato, mas um campo configuracional de leitura coexistencial que reorganiza tensões, possibilidades e direções territoriais.

A leitura ritual-interrogativa representa uma ativação territorial na qual a inscrição é intencionalmente provocada e o território responde configuracionalmente. A TTT não a interpreta como determinismo sobrenatural, mas como mecanismo sofisticado de leitura coexistencial do presente.

O território como campo ressonante

A aplicação progressiva da Teoria do Território Tensional (TTT) em diferentes contextos indicou que o território não pode ser apreendido como objeto fixo, estático ou plenamente capturável por descrições sincrônicas isoladas. Os territórios reorganizam-se continuamente por meio da interferência simultânea entre operadores materiais, relacionais, experienciais, ancestrais e transdimensionais.

Como mostra a Figura 3, os modos involuntário, interpretativo e ritual-interrogativo não formam uma sequência hierárquica. Eles distinguem maneiras pelas quais as marcas são produzidas, reconhecidas ou deliberadamente provocadas no chão, preservando em todos os casos a relação entre materialidade, experiência e interpretação.

Figura 3. Os três modos de leitura do chão segundo a Teoria do Território Tensional (TTT)



Fonte: Elaboração do autor.

O território constitui, assim, um campo dinâmico caracterizado por:

- vibração — estado instável de forças coexistenciais em interferência;
- ritmo — repetição diferencial de permanências e reorganizações;
- saturação — intensidade relacional acumulada em determinados nós territoriais;
- reorganização — reconfiguração contínua das territorialidades;

- desacoplamento — possibilidade de submersão, fragmentação ou reaparecimento territorial;
- ressonância — efeito coexistencial emergente produzido pela interferência entre operadores heterogêneos.

A TTT sustenta, portanto, que o território deve ser compreendido não como soma de elementos isolados, mas como campo ressonante coexistencial.

Formalmente:

$$\mathbf{\Psi}_T = \mathrm{R}(M, R, A, E) \quad (6)$$

onde:

- M representa a materialidade territorial (chão, marcas físicas, infraestrutura, resistência material);
- R representa as relações coexistenciais (fluxos, encontros, redes, tensões);
- A representa a ancestralidade (persistências temporais, memória operativa, temporalidade espessa);
- E representa a experiência territorial (corpo, afeto, percepção e nós coexistenciais).

O operador R não corresponde a uma soma aritmética convencional, mas a um conceito de ressonância coexistencial emergente: a interferência contínua e não redutível entre os operadores produz territorialidades singulares.

Importa destacar que, na TTT, ressonância não implica necessariamente harmonia. Campos coexistenciais podem gerar ressonâncias estáveis, saturadas, destrutivas, instáveis ou mesmo colapsos coexistenciais. A intensidade territorial depende precisamente do grau de interferência, compatibilidade ou tensão entre os operadores presentes.

Nesse sentido, o território emerge menos como objeto espacial acabado e mais como campo dinâmico de reorganização coexistencial permanente.

Equilíbrio contra reduções

A Teoria do Território Tensional evita conscientemente dois reducionismos que marcaram grande parte da teoria geográfica contemporânea.

De um lado, o idealismo relacional, no qual o território dissolve-se inteiramente em fluxos, discursos, redes e linguagens, fazendo desaparecer a resistên-

cia material do chão. De outro, o materialismo vulgar, no qual a territorialidade é reduzida exclusivamente à infraestrutura física e às determinações materiais, subordinando completamente experiência, memória e coexistência aos condicionamentos do suporte.

A TTT propõe uma terceira via: um materialismo relacional coexistencial. O território emerge precisamente da tensão contínua e irredutível entre:

- materialidade e relação;
- permanência e reorganização;
- resistência e adaptação;
- ancestralidade e atualidade;
- chão e experiência.

Nenhuma dessas dimensões territorializa isoladamente. O território constitui o efeito coexistencial produzido pela interferência contínua entre todas elas. Essa posição evita tanto a dissolução relacional quanto a rigidez materialista, restaurando a tensão constitutiva que torna o território possível.

Coexistência, multiplicidade e mediação: aproximações com Massey e Latour

A Teoria do Território Tensional (TTT) dialoga criticamente com formulações contemporâneas que buscaram superar concepções fixistas ou estritamente extensivas do espaço.

Doreen Massey (2005), ao conceber o espaço como *simultaneity of stories-so--far* (simultaneidade de histórias-até-agora), aproxima-se significativamente da noção de coexistência territorial desenvolvida na TTT. Sua crítica ao espaço como superfície estática contribui de forma decisiva para compreender o território como campo relacional em permanente construção. Entretanto, enquanto Massey privilegia sobretudo a multiplicidade relacional dos encontros espaciais, a TTT acrescenta a essa formulação a resistência diferencial do chão, a persistência operativa da ancestralidade, a interferência transdimensional e a ressonância coexistencial como operador territorial.

De modo semelhante, Bruno Latour (2005), por meio da Teoria Ator-Rede (ANT), contribui para dissolver a separação rígida entre sujeitos e objetos ao reconhecer a agência distribuída entre humanos e não humanos. A TTT compartilha parcialmente essa crítica ao dualismo moderno, sobretudo ao afirmar que rios, trilhos, barragens, caminhos, plataformas digitais e infraestruturas participam ativamente da produção territorial.

Contudo, diferentemente da ANT, a TTT sustenta que nem todos os operadores coexistenciais possuem equivalência funcional. O chão não aparece apenas como mais um "actante" entre outros, mas como operador diferencial de resistência, inscrição, permanência e reorganização territorial. Enquanto Latour enfatiza redes de mediação, a TTT privilegia campos coexistenciais tensionais. Enquanto Massey destaca a multiplicidade espacial, a TTT integra persistência ancestral, ressonância coexistencial e territorialidade transdimensional.

Essas aproximações não anulam as diferenças. Ao contrário, indicam que a TTT se insere no esforço contemporâneo de superar dicotomias entre matéria e relação, permanência e fluxo, estrutura e experiência, acrescentando a ancestralidade e a ressonância coexistencial como operadores territoriais.

A formulação da TTT conduz também à necessidade de distinguir três grandes regimes epistemológicos na Geografia contemporânea. Essa distinção não deve ser entendida como sucessão linear ou superação absoluta, mas como diferentes modos predominantes de apreensão do território.

A Geografia de primeiro tipo centra-se predominantemente na materialidade extensiva do espaço. O território é concebido como superfície, suporte físico, extensão mensurável, recurso, localização, infraestrutura e distribuição espacial. Inserem-se nesse regime as geografias positivistas, clássicas, funcionalistas e determinadas vertentes estruturalistas centradas na materialidade econômica.

A Geografia de segundo tipo surge como crítica à redução materialista. O território passa a ser compreendido sobretudo como relação, fluxo, linguagem, experiência, rede, mobilidade, performatividade e multiplicidade. Inserem-se aqui as abordagens fenomenológicas, relacionais, pós-estruturalistas e parte das leituras inspiradas na Teoria Ator-Rede.

Tanto o primeiro quanto o segundo tipo, porém, preservam reduções coexistenciais importantes: o primeiro enfraquece experiência, ancestralidade e operadores transdimensionais; o segundo frequentemente dissolve a resistência material do chão em fluxos, discursos ou redes abstratas.

A Geografia de terceiro tipo, proposta pela Teoria do Território Tensional (TTT), emerge precisamente da insuficiência dessas duas reduções. Ela compreende o território a partir da seguinte formulação constitutiva:

$$\text{território} = \text{ressonância coexistencial tensional} \quad (7)$$

Nesse terceiro regime, o território não é reduzido nem ao suporte material nem ao fluxo relacional. Ele emerge da interferência contínua entre mate-

rialidade, relação, ancestralidade, experiência, memória, presença e operadores transdimensionais.

A Geografia de terceiro tipo não substitui integralmente as anteriores, mas as integra em um campo coexistencial mais amplo, no qual o chão resiste, as relações reorganizam, a ancestralidade persiste, a experiência territorializa e a ressonância coexistencial produz o território como campo operativo vivo. A TTT propõe, assim, uma abordagem integradora por meio de uma geografia simultaneamente material, relacional, experiencial, ancestral, coexistencial, tensional e operativa.

Considerações finais

Em resposta ao objetivo de apresentar os fundamentos conceituais da Teoria do Território Tensional e examinar sua capacidade explicativa, o estudo estabeleceu uma matriz que compreende o território como ressonância coexistencial produzida pela interferência entre materialidade, relação, experiência, ancestralidade e operadores transdimensionais. As cinco aplicações heurísticas indicaram que essa matriz conserva coerência analítica ao transitar por escalas e regimes de territorialização distintos. O resultado não autoriza generalização estatística nem validação empírica definitiva, mas sustenta a pertinência da TTT como hipótese teórico-conceitual para interpretar respostas territoriais produzidas em contextos caracterizados por diferentes materialidades, atores e forças coexistenciais.

A principal contribuição teórica consiste em recolocar, no mesmo campo analítico, dimensões frequentemente tratadas de forma separada: resistência do chão, dinâmica relacional, experiência, memória e ancestralidade. A geografia de terceiro tipo não pretende substituir abordagens materialistas ou relacionais, mas operar na tensão entre elas. Sua contribuição prática é potencial: a matriz pode orientar leituras mais densas do planejamento territorial, dos conflitos socioambientais, da segregação urbana e das mediações algorítmicas, evitando intervenções baseadas exclusivamente em indicadores físicos ou fluxos abstratos.

O estudo apresenta limitações próprias de sua natureza teórico-conceitual e exploratória. As aplicações foram escolhidas segundo o critério de variação máxima, não constituem estudos de caso equivalentes e não utilizaram procedimentos uniformes de coleta de dados primários. As expressões formais possuem função esquemática e ainda não formam um modelo matemático preditivo nem permitem mensurar diretamente a intensidade das ressonâncias territoriais. Esses limites exigem cautela diante de afirmações universais e delimitam o alcance atual da teoria.

Pesquisas futuras deverão avançar da formulação teórico-conceitual para a investigação empírica sistemática da Teoria do Território Tensional. Uma primeira frente consiste na realização de estudos de caso aprofundados e longitudinais, com delimitação espacial, temporal e documental precisa. Esses estudos poderão examinar tanto territórios submetidos a pressões semelhantes, verificando por que produzem respostas diferentes, quanto contextos heterogêneos, avaliando se a matriz conserva coerência diante de distintas escalas, materialidades, atores e regimes de territorialização. Procedimentos comparáveis de coleta e análise permitirão distinguir a capacidade explicativa da teoria das particularidades de cada contexto.

Outra frente necessária é a operacionalização dos conceitos de materialidade, relação, experiência, ancestralidade e transdimensionalidade. Isso exige desenvolver indicadores qualitativos e quantitativos capazes de reconhecer os graus de mediação, condicionamento e determinação do chão sem reduzir a ressonância territorial a uma variável puramente matemática. Cartografia participativa, sistemas de informação geográfica, análise de redes, interpretação temporal de imagens, entrevistas, observação de campo e estudos sobre circulação digital poderão ser articulados para representar memória, medo, pertencimento, persistência ancestral e mediação algorítmica.

Também será necessário estabelecer critérios que permitam identificar os limites, as condições de validade e as situações capazes de contrariar as proposições da TTT. Esse movimento é indispensável para evitar que a teoria se transforme em uma explicação aplicável indistintamente a qualquer território. O diálogo com comunidades indígenas, ribeirinhas, urbanas e tradicionais deverá ocorrer de maneira participativa e eticamente responsável, sobretudo quando envolver conhecimentos vinculados à tradição de Ifá. Assim, as pesquisas futuras não deverão buscar apenas confirmar a TTT, mas submetê-la à comparação, à crítica e, quando necessário, à reformulação.

Referências

BARBOSA, M. R. da S. **Arcabouço analítico de inteligência estratégica baseado em Ifá**: MIA (vetorial-senoidal-azimutal) e IRBI (ética-execução-monitoramento). Joinville: Clube de Autores, 2025a.

BARBOSA, M. R. da S. **Ifá**: a protossíntese cósmica da organização do universo. Joinville: Clube de Autores, 2025b.

BARBOSA, M. R. da S. **Ifá, geografia e ciência ancestral: do Kemet ao Cerrado, o lastro de 6000 anos**. Joinville: Clube de Autores, 2026a.

BARBOSA, M. R. da S. Território ciclotensional: ciclos de Juglar, saturação territorial e reorganização espacial do agronegócio em Primavera do Leste (1975-2025). **Revista FT**, [S. l.], v. 30, n. 159, 2026b. DOI: https://doi.org/10.69849/4d4y8005.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

FEARNSIDE, P. M. **A Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós**: 6 - o bloqueio do reconhecimento da terra indígena. Amazônia Real, 22 ago. 2016. Disponível em: https://amazoniareal.com.br/a-hidreletrica-de-sao-luiz-do-tapajos-6-o-bloqueio-do-reconhecimento-da-terra-indigena/. Acesso em: 8 ago. 2026.

GILLESPIE, T. The relevance of algorithms. In: GILLESPIE, T.; BOCZKOWSKI, P. J.; FOOT, K. A. (org.). **Media Technologies**: essays on communication, materiality, and society. Cambridge, MA: MIT Press, 2014. p. 167-194. DOI: https://doi.org/10.7551/mitpress/9780262525374.003.0009.

GOOGLE. **Google Earth Pro**: imagem de satélite de Paraisópolis, São Paulo. 2026. Acesso em: 8 ago. 2026.

HEIDEGGER, M. **Construir, habitar, pensar**. Petrópolis: Vozes, 2002.

IBAMA. **Ibama arquiva licenciamento da UHE** São Luiz do Tapajós, no Pará. Brasília, DF, 5 ago. 2016. Disponível em: https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/copy_of_noticias/noticias-2016/ibama-arquiva-licenciamento-da-uhe-sao-luiz-do-tapajos-no-para. Acesso em: 8 ago. 2026.

INGOLD, T. **Being Alive**: essays on movement, knowledge and description. London: Routledge, 2011.

KITCHIN, R.; DODGE, M. **Code/Space**: software and everyday life. Cambridge, MA: MIT Press, 2011. DOI: https://doi.org/10.7551/mitpress/9780262042482.001.0001.

LATOUR, B. **Reassembling the Social**: an introduction to actor-network-theory. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.

LEFEBVRE, H. **Rhythmanalysis**: space, time and everyday life. London: Continuum, 2004.

MARTINS, L. M. **Performances do tempo espiralar**: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MASSEY, D. **For Space**. London: Sage, 2005.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

McKITTRICK, K. **Demonic grounds**: black women and the cartographies of struggle. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

UNESCO. **Ifa divination system**. Paris: UNESCO, 2008. Disponível em: https://ich.unesco.org/en/RL/ifa-divination-system-00146. Acesso em: 29 jul. 2026.

VOSOUGHI, S.; ROY, D.; ARAL, S. The spread of true and false news online. **Science**, Washington, DC, v. 359, n. 6380, p. 1146-1151, 2018. DOI: https://doi.org/10.1126/science.aap9559.